



■ VILA NOVA DE PAIVA

Texto Pedro Pontes

LOJA DO CIDADÃO COM LOCAL POR DEFINIR

O CONCELHO DE VILA NOVA DE PAIVA TERÁ EM BREVE UMA “LOJA DO CIDADÃO”. PARA JÁ CONTA COM O “ESPAÇO DO CIDADÃO”

A iniciativa visa apoiar os munícipes na relação com a Administração Pública. O espaço do cidadão têm como principais funcionalidades “o apoio através da ligação digital a vários serviços públicos”, assistido no local por recursos da autarquia. Para já, o novo gabinete deste novo “espaço” vai funcionar nas instalações da Câmara, no balcão de atendimento, “até que o Governo decida pela instalação da loja do cidadão no concelho”. Altura em que o serviço

transitará para o mesmo local. O espaço do cidadão tem como objetivos prestar um atendimento às populações num único local, bem como fazer a ponte na era digital dos munícipes com a Administração Pública e funciona como um balcão único que disponibiliza vários serviços na relação com as diversas entidades do Estado.

Está prevista para Vila Nova de Paiva a instalação de uma loja do cidadão, onde serão concentrados todos os serviços da Administração Pública,

no concelho. Todos, mais o “espaço do cidadão” (EC). Segurança Social, Finanças, Conservatória dos registos civil e comercial, entre outros, são serviços que esta “pequena” loja do cidadão albergará. A ideia é concentrar recursos humanos e físicos por forma a diminuir custos e disponibilizar ao cidadão os mesmos benefícios em espaço partilhado.

O espaço do cidadão e a loja do cidadão foram propostas pelo governo através das comunidades intermunicipais. Se na primeira são

as autarquias a dispor dos meios humanos para o efeito, nas lojas do cidadão terá de ser o Governo a manter os recursos e a escolher a infraestrutura para o convívio. O presidente da Câmara de Vila Nova de Paiva adiantou ao Jornal do Centro (JC) que relativamente à loja do cidadão “tem que ser o Governo a escolher o local para instalar a unidade, uma vez que na vila não existem edifícios municipais com as características exigidas para o efeito”. José Morgado adiantou que o “espaço do cidadão” é uma das propostas do “Programa Aproximar”. O autarca e também presidente da Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões “poderia sugerir já um local para a instalação da loja do cidadão se o tivesse”, adiantando a “responsabilidade da decisão sobre o assunto para o Governo”.

A oposição concorda, embora considere que compete à Câmara Municipal encontrar o local apropriado para o funcionamento do novo espaço, “já que de entre os edifícios municipais existentes, nenhum serve os requisitos”. Ainda assim, os vereadores na oposição falam da “necessidade de centralidade para a instalação dos novos serviços”. Carlos Mota, do PSD, considera que cabe à autarquia encontrar um local para a instalação da loja do cidadão, embora lamente que no âmbito do imobiliário urbano municipal existente, “não se tenha tido em conta esta nova realidade”.

Vila Nova de Paiva tem de encontrar um local para a instalação dos serviços públicos que funcionam atualmente em sítios separados. O presidente da autarquia embora remeta para o Governo a responsabilidade em arranjar a casa, sabe que cabe às autarquias a colaboração necessária para o efeito. “Um dos deveres das câmaras”, na assinatura do acordo para a instalação das lojas do cidadão, que terá lugar ao final do mês em Leiria. A manutenção dos serviços públicos existentes no concelho é a principal garantia, no acordo que o ministro Poiares Maduro vai assinar com as autarquias.

▲ ARMAMAR

APOSTA NA MELHORIA DE SERVIÇOS

A Câmara Municipal de Armamar assinalou recentemente a conclusão dos trabalhos preparatórios do projeto de modernização administrativa dos serviços da autarquia, aprovados no âmbito do Sistema de Apoio à Modernização Administrativa (SAMA).

Na ocasião estiveram presentes todos os membros do executivo

municipal bem como os dirigentes e chefias dos serviços da autarquia. Foram então apresentados os contributos dos trabalhadores do município, anunciados os principais objetivos a alcançar e quais as estratégias a seguir. Tudo isto tendo em conta os indicadores de medição de cada projeto, sendo possível prever eventuais prioridades e riscos.

Este processo de modernização, composto por uma primeira fase de reengenharia de processos, que é a fase seguinte no processo, e pela criação de um balcão único de atendimento, vai permitir ao município melhorar a capacidade e a rapidez de resposta aos munícipes e visitantes. Com todo o processo pretende-se aumentar o financiamento através

das receitas próprias, reduzir as despesas correntes, contribuir para a realização socioprofissional dos colaboradores, desenvolver o setor turístico, contribuir para uma gestão sustentável dos recursos naturais energético, rentabilizar o território agrícola e melhorar a qualidade de vida dos munícipes do concelho de Armamar.